



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TEC. DE RORAIMA
DEPARTAMENTO TÉCNICO DE ENGENHARIA E OBRAS - DETEO

ANEXO A5 - COMPOSIÇÃO ANALÍTICA DO BDI

PROCESSO:	23254.000036.2018-44
OBJETO:	CONSTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA CONSTRUÇÃO DE POÇO TUBULAR SEMI-ARTESIANO PARA ATENDER O CAMPUS AMAJARI
LOCAL:	RODOVIA ANTONINO MENEZES DA SILVA (ANTIGA RR 342) VICINAL QUE LIGA A BALSA DE APARECIDA À VILA BRASIL KM 03- AMAJARI
RESPONSÁVEL:	NÚBIA MARINHO SOARES
REFERÊNCIA:	SINAPI ABRANGÊNCIA: NACIONAL - LOCALIDADE: BOA VISTA -SINAPI 07/2019 RR DESONERADO- ENCARGOS SOCIAIS DESONERADOS: 85,57% (hora) / 47,37% (mês)

1. A fórmula adotada para cálculo do BDI, segue as recomendações do Acórdão TCU 2.622/2013, dada por:

$$BDI = \left[\frac{(1 + (AC + S + G + R) * (1 + DF) * (1 + LB))}{(1 - IMP)} \right] - 1$$

2. Foram adotados para alíquotas que compõe o BDI, os valores médios da tabela do Acórdão 2622/2013, conforme segue:

ITEM	DESCRIMINAÇÃO DAS TAXAS	BDI GERAL	
1	CUSTOS INDIRETOS	7,30%	
1.1	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL (AC)	4,00%	
1.2	SEGURO E GARANTIA (S+G)	0,80%	
1.3	RISCOS (R)	1,27%	
1.4	DESPESAS FINANCEIRAS (DF)	1,23%	
2	LUCRO	7,40%	
2.1	LUCRO BRUTO (LB)	7,40%	
3	IMPOSTOS (IMP)	10,65%	
3.1	PIS ¹	0,65%	
3.2	CONFINS ¹	3,00%	
3.3	ISS ²	2,50%	
3.4	CPRB ³	4,50%	
	PERCENTUAIS DE BDI	29,07%	

NOTAS:

1. Adotado valor integral das alíquotas 0,65% e 3,00%, para o PIS e CONFINS, respectivamente (art. 3º e 4º da Lei 9.718/1998)

2. Adotado o percentual de ISS de 2,50%, referente a alíquota de 5% sobre 50% do Preço de Venda;

3. Adotado alíquota da Contribuição Previdenciária sobre Receita Bruta de 4,50%, conforme Lei 13.161/2015;

4. A licitante deve adotar, na composição do BDI, percentual de ISS compatível com a legislação tributária do(s) município(s) onde serão prestados os serviços previstos da obra, observando a forma de definição da base de cálculo do tributo prevista na legislação municipal e, sobre esta, a respectiva alíquota do ISS, que será um percentual proporcional entre o limite máximo de 5% estabelecido no art. 8º, inciso II, da LC n. 116/2003 e o limite mínimo de 2% fixado pelo art. 88 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. (item 9.3.2.3 do Acórdão 2622/2013);

5. Prever, nos editais de licitação, a exigência para que as empresas licitantes optantes pelo Simples Nacional apresentem os percentuais de ISS, PIS e COFINS discriminados na composição do BDI que sejam compatíveis com as alíquotas a que a empresa está obrigada a recolher, previstas no Anexo IV da Lei Complementar n. 123/2006, bem como que a composição de encargos sociais não inclua os gastos relativos às contribuições que essas empresas estão dispensadas de recolhimento (Sesi, Senai, Sebrae etc.), conforme dispões o art. 13, § 3º, da referida Lei Complementar (item 9.3.2.5 do Acórdão 2622/2013).

OBSERVAÇÃO:

Assinatura/carimbo dos Responsáveis: